



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i2.1273>



O acervo oral da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade UFBA: possibilidades e desafios

Antonio Mauricio Freitas Brito*

ORCID iD 0000-0002-7570-1632

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, Brasil

Resumo: O artigo explora o acervo oral construído pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, que disponibilizou no YouTube 30 relatos de gravações de depoimentos com ex-estudantes, funcionários e professores da UFBA a respeito do golpe e da ditadura. O contexto de produção das narrativas foi marcado pelo aniversário dos 50 anos do golpe de 1964, que atualizou a “guerra de memórias” sobre a ditadura, especialmente após a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012. A abordagem levanta reflexões teórico-metodológicas a respeito do ritual do testemunho e da comunicação não verbal presente nos depoimentos. O acervo é sugestivo para refletir sobre as possibilidades e desafios do uso de bancos de memórias disponibilizados na internet.

Palavras-chave: História oral. Comissão da Verdade. Memória. Ditadura.

The oral collection of Milton Santos Truth Commission (UFBA): possibilities and challenges

Abstract: The article explores the oral collection built by the UFBA Milton Santos Truth and Memory Commission, which made available on YouTube thirty reports of recordings of testimonies with former UFBA students, employees and professors about the coup and the dictatorship. The production's context of the narratives was marked by the 50th anniversary of the 1964 coup that updated the “war of memories” about the dictatorship, especially after the creation of the National Truth Commission (NTC) in 2012. The approach raises theoretical-methodological reflections about the testimony ritual and the non-verbal communication present in the testimonies. The collection is suggestive to reflect on the possibilities and challenges of using memory banks available on the internet.

Keywords: Oral History. Truth Commission. Memory. Dictatorship.

* Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Departamento de História da UFBA. E-mail: mafrito@hotmail.com.

“Respondi processos, perdi empregos [...]. [Sou] a rigor uma vítima, mas eu não gosto [...] de falar de vítimas. Gosto de falar de guerreiros e vitoriosos” (Iracly Picanço, 2014). Este é um dos trechos enunciados por Iracly Picanço, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Já José Sérgio Gabrielli – ex-Presidente da Petrobras e Professor de Economia – lembrou que “em algumas reuniões [...] [na universidade] eu saí pelo teto... porque a Polícia Federal chegou e eu fugi pelo teto. [...] Era um clima muito ruim esse em 1969. [...] Várias prisões ocorrem. Essas prisões são fora da universidade. Eu sou preso algumas vezes” (José Sérgio Gabrielli, 2014). A prisão também esteve no currículo político de José Afonso Ferreira Maia. O ex-aluno lembrou a experiência: “Fomos lá para o 19ºBC [Quartel do Exército] [...] num galpão. Sem as menores condições de instalações, de higiene [...], o mínimo de dignidade, de respeito. [...] Nós éramos estudantes. [...] Não estávamos fazendo nenhuma revolução, não desfechamos nenhum golpe” (José Afonso Ferreira Maia, 2014). Diferente dos relatos anteriores, o professor Arno Brichta enfatizou que passou “por um processo de tortura violento, inclusive eu servi de cobaia [...] [sobre] como se faz a tortura sem deixar vestígios e sem matar o cidadão. Me quebraram todo. Quebraram os dentes, o septo nasal, [...] rompimento de tímpano e assim foi” (Arno Brichta, 2014).

Os fragmentos acima fazem parte do acervo construído pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA (CMSMV UFBA).¹ A Comissão foi deliberada pelo Conselho Universitário da UFBA em outubro de 2013, inspirada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada em maio de 2012 pelo Congresso Nacional para apurar violações de direitos humanos durante os anos de 1946 e 1988. A Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA disponibilizou no YouTube trinta

¹ A Comissão Milton Santos de Memória e Verdade homenageou o geógrafo baiano Milton Santos, que era professor da UFBA em 1964. De acordo com o Art. 2º da Resolução 10/2013 do Conselho Universitário, a Comissão tinha por objetivos: “I - localizar, analisar e catalogar documentos, sob a guarda da UFBA, relacionados a violações de direitos humanos e liberdades individuais ocorridos no período de 31 de março de 1964 a 05 de outubro de 1988, datas, respectivamente, do Golpe Militar de 1964 e da promulgação da Constituição brasileira; II - identificar a existência de conexões entre os órgãos de segurança/informação da estrutura de poder do Estado brasileiro e a UFBA no período acima referido; III - identificar documentos e informações que possam subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão Estadual da Verdade do Estado da Bahia, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; IV - apresentar à comunidade universitária e à sociedade relatório final com análise circunstanciada sobre as violações de direitos humanos e liberdades individuais ocorridas na Universidade Federal da Bahia no período definido no inciso I.” Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2010.2013.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022. A Comissão foi constituída em 21/11/2013 pelos docentes Emiliano José (Professor Aposentado - Faculdade de Comunicação), Ilka Dias Bichara (Professora Associada - Instituto de Psicologia), Iracly Silva Picanço (Professora Aposentada - Faculdade de Educação), João Augusto Rocha (Professor Associado - Escola Politécnica), Olival Freire Jr. (Professor Titular - Instituto de Física) e Othon Jambeiro (Professor Titular - Faculdade de Comunicação). Dois discentes também participaram – Jessica Santos de Jesus e Leandro Coutinho Silva –, bem como um servidor técnico-administrativo – Umberto Bastos. O relatório final produzido é intitulado “Golpe Civil-Militar de 1964 na UFBA: rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço da negação”.

relatos de gravações em vídeo com ex-estudantes, professores e servidores da UFBA a respeito das suas experiências no tempo do golpe e da ditadura.² Esta é uma iniciativa inédita haja vista que, embora diversas universidades tenham instalado Comissões da Verdade em 2014 que resultaram em relatórios, ainda não encontramos no YouTube bancos de memórias organizados como o que foi compartilhado pela CMSMV UFBA.

Mesmo que o acervo produzido pela Comissão UFBA não tenha sido oriundo de um projeto de história oral, Philipe Joutard (2000, p. 42) lembra que “as novas tecnologias também multiplicam os documentos orais que não decorrem exatamente de história oral, mas os quais precisamos dar atenção”. Lucchesi (2014, p. 51) acrescenta um aspecto relacionado ao tempo presente: “refletir sobre a memória disponível na internet, sob a perspectiva da história do tempo presente, que pode se valer de conteúdos divulgados na web como fonte, não é uma questão de menor (ou maior) importância que pensar as memórias em suportes materiais já estabelecidos, como o papel ou o microfilme”. Deste modo, os depoimentos são *atos de memória* (Halbwachs, 2004) com um amplo leque de possibilidades para analisar eventos, percepções, representações, lembranças e os significados que os sujeitos atribuíram ao passado-presente. Tendo a premissa da memória como uma questão socialmente viva, este artigo³ explora alguns temas presentes no acervo da CMSMV UFBA em diálogo com as regras elementares do ofício: “quem constituiu as fontes? Em que condições? Para quê? O que expressam? O que dizem, o que não dizem?” (François, 1998, p. 157).

O contexto dos depoimentos

Os depoimentos foram “fontes provocadas” (Ozouf *apud* Frank, 1999, p. 107) pela Comissão UFBA. Elaborados por pessoas que tinham algum vínculo institucional com a universidade durante o regime ditatorial militar, os testemunhos foram produzidos em treze oitavas abertas ao público em auditórios da UFBA. As entrevistas foram gravadas com ótima resolução de imagem. O áudio oscila de qualidade e

² De acordo com a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (2014, p. 148), os depoentes foram: Aécio Pamponet; Amílcar Baiardi; Arno Brichta; Aroldo Misi; Carlos Sarno; Eduardo Saphira; Eliete Telles; Fernando Alcoforado; Fernando Passos; Filemon Matos; George Oliveira; Gorgônio Araujo; Harildo Deda; Iracy Picanço; Javier Alfaya; João Coutinho; Joaquim Coutinho; José Afonso Maia; José Carlos Capinam; José Sérgio Gabrielli; Júlio Guedes; Lauro Correia; Manoel Castro; Marcelo Cordeiro; Maria Liége Rocha; Ney Castro; Othon Jambeiro; Roberto Argolo; Sergio (Passarinho) Soares Dias; Sérgio Gaudenzi e Valdélino Silva. O depoimento de Fernando Alcoforado não foi encontrado no YouTube.

³ Este artigo desenvolve reflexões que embasaram a elaboração do Projeto de Pesquisa intitulado “O acervo oral da Comissão da Verdade Milton Santos”. O projeto foi contemplado com o financiamento de duas bolsas PIBIC. Suzernagle Bento e Adalberto Silva foram os bolsistas iniciais. Atualmente, o Projeto conta com Sônia Paim (UFBA) e Sabrina Couto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) – ambas bolsistas. Agradeço à UFBA e à FAPESB pelo financiamento das bolsas para as graduandas. Estendo os agradecimentos aos pareceristas anônimos da revista *História Oral* pelos comentários e sugestões.

algumas passagens são de difícil compreensão. A quase totalidade das gravações foca no(a) depoente e no(a) mediador(a). Quase nenhuma oferece *close* na plateia. Todos os depoentes falaram livremente sentados atrás de uma mesa ao lado do mediador ou da mediadora cujo papel central era abrir e encerrar as sessões.

Estas falas vieram à tona numa cena contemporânea marcada pela “emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas” (Huysen, 2000, p. 9). O autor identifica um “movimento transnacional de discursos de memórias”, ao mesmo tempo em que considera que este fenômeno relativamente global permanece conectado “às histórias de nações e estados específicos” (Huysen, 2000, p. 16). Em sintonia com esta perspectiva, as sessões ocorreram entre fevereiro e junho de 2014 – ano de efemérides relacionadas aos 50 anos do golpe de 1964 caracterizadas por uma “memória dividida” (Portelli, 2001) a respeito do tempo da ditadura no Brasil.

Estas cisões memoriais têm história. Reflexões acadêmicas têm sido desenvolvidas a respeito da construção da memória sobre a ditadura no Brasil. Tendo como foco principalmente o “mundo das letras” – livros publicados de conteúdo memorial e, em alguns casos, os discursos na/da mídia –, diversos autores sublinham a continuidade da disputa envolvendo críticos e defensores da ditadura. O propósito destes trabalhos é investigar o conteúdo das narrativas e, em alguns casos, construir uma periodização sobre as batalhas memorialísticas (Cardoso, 1994; Martins Filho, 2002; Schmidt, 2007; Pereira, 2015; Napolitano, 2015, 2020).

Guardando as singularidades, intensidades e desigualdades de poder na circulação e recepção de cada discurso, as disputas memorialísticas sobre a ditadura existem desde o golpe de 1964. A bibliografia acima mencionada indica que as controvérsias atravessaram o tempo ditatorial, emergiram com mais visibilidade no período da abertura, não foram esquecidas com a Anistia e resistiram ao fim da Guerra Fria. Foram mobilizadas no contexto democrático a partir de demandas antigas e atualizadas em torno de novos temas – revisão da Lei da Anistia, abertura dos arquivos repressivos, Comissão Nacional da Verdade, etc. –, alvos e controvérsias principalmente no quadragésimo e quinquagésimo aniversário do golpe de 1964 – datas redondas marcadas por uma profusão de discursos memoriais, ou seja, por uma “conjuntura de ativação da memória” (Jelin, 2001).

Deste modo, tem sido construída uma história da memória sobre a ditadura, uma versão daquilo que Burke (2000, p. 73) designou como uma “história social do lembrar”.

Cardoso observou que “a partir do ‘processo de abertura’ [...] emergiu, no país, uma espécie de ‘surto memorialístico’[...] que constitui um vasto conjunto documental, [em que] os livros de memórias são representativos de grupos que constroem diferentes representações sobre o passado” (1994, p. 179). Martins Filho (2002) mapeia duas fases: uma inaugurada em 1977 com a publicação do livro “Em câmara lenta” de Renato Tapajós e outra nos anos 1990, após o fim da Guerra Fria.

Schmidt (2007, p. 133) concorda que a “batalha teve início ainda em meados dos anos 1970 favorecida pelo clima de distensão política”. O autor (p. 140) enfoca as tensões até “as comemorações dos 40 anos do golpe militar em 2004 [que] reativaram essa já longa batalha e a ela acrescentaram novos ingredientes”. Napolitano (2015, 2020) e Pereira (2015) já incorporam as controvérsias envolvendo a criação e funcionamento da CNV. Considerando o papel da CNV no surgimento das Comissões da Verdade nas universidades – a exemplo da UFBA – e o mesmo contexto de funcionamento, as reflexões dos dois últimos autores sobre aquele período é o que mais interessa para este artigo.

Pereira (2015, p. 864) afirma que muitas das batalhas memorialísticas “entraram em latência e emergiram [...] em particular entre 2012 e 2014”. Argumenta que o período esteve marcado por “dois processos contraditórios: um aumento da negação [...] [e do discurso negacionista]” e “o desenvolvimento de uma inscrição frágil” de uma memória pública sobre o período ditatorial (Pereira, 2015, p. 893). Pereira acrescenta ainda o que ele chama de revisionismo e destaca três outros aspectos do contexto 2012-2014: 1) a criação da Comissão Nacional da Verdade – interpretada por ativistas digitais, “militares ativos e da reserva” e “boa parte da chamada ‘Nova Direita’” como a “Comissão Nacional da Fantasia Ideológica”; 2) a difusão da internet – que permitiu florescer um ativismo digital; 3) “a presença no poder de um partido (do ponto de vista simbólico convém destacar: liderados por um ex-metalúrgico e sindicalista; e por uma mulher [ex-militante da esquerda armada] presa e torturada pela Ditadura) com certas políticas (reais e imaginárias) de ‘esquerda’ por quase dez anos no poder”, o que gerou “diversos tipos de ressentimento do presente e do passado-presente” (Pereira, 2015, p. 890).

Napolitano considera que predomina no Brasil uma memória hegemônica crítica à ditadura influenciando as políticas de memória desenvolvidas pelo Estado em prol das vítimas, especialmente a partir de 1995. Embora não tenha tido poder punitivo, a CNV se enquadra nesta política memorial em meio a um adensamento da historiografia sobre o período. O autor delinea quatro fases da história da memória sobre a ditadura: 1) 1964-1974; 2) 1974-1994: a construção da memória crítica; 3) 1995-2004: as “leis memória” e a política de Estado; 4) 2003-2014:⁴ revisionismos ideológicos e historiográficos. Segundo ele, “a quarta e última fase da memória social acerca do regime militar é uma das mais ricas e complexas, desafiando a capacidade de síntese dos analistas”. Para o autor “ela coincide com os três governos petistas (Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff)” e esteve marcada, de um lado, pelo “aprofundamento de uma política de memória do Estado, calcada na memória hegemônica, crítica ao regime

⁴ Em artigo mais recente, Napolitano (2020, p. 41) baliza a periodização. Afirma que “entre 2007 e 2014, as narrativas do trauma e das vítimas deram o tom das lembranças sobre o regime, e informaram a febre memorialista e as políticas de Estado, culminando na formação da Comissão Nacional da Verdade, no projeto Memórias Reveladas e outras iniciativas oficiais semelhantes dos vários entes federativos e instituições públicas”.

militar e tributária da cultura democrática”; de outro lado, “no plano da sociedade civil, [pelo] [...] crescimento do revisionismo, em alguns casos partilhado por historiadores reconhecidos e de viés progressista, que indica uma fissura nas bases da memória hegemônica construída desde os anos 1970 (Napolitano, 2015, p. 32).

O historiador acentua que o contexto da CNV foi marcado por um questionamento desta memória hegemônica pelo revisionismo historiográfico, por setores liberais e pela extrema direita: “além da febre de memoriais e monumentos públicos sobre o período da ditadura, atores políticos e sociais têm partido para uma disputa aberta sobre sentido histórico daquela experiência”. Esta disputa foi colorida com o presente e os questionamentos ideológicos, políticos e morais ao Partido dos Trabalhadores (PT):

[...] esta nova conjuntura político-ideológica-partidária abalou um espaço sócio-político (institucional e simbólico) que sustentava a memória hegemônica do regime militar, espaço este que sempre foi conflitivo, mas que não hesitava em defender o aprofundamento da democracia, o protagonismo da sociedade civil e a condenação do autoritarismo da direita. Ao que parece, a memória hegemônica ancorada neste espaço não se diluiu totalmente, mas tem enfrentado questionamentos, tendo que dividir espaço público com memórias inorgânicas e difusas, claramente de extrema direita, que chegaram a esboçar reedições patéticas da “marcha da Família” e de passeatas pela “volta dos militares”, eventos impensáveis antes de 2014/2015 (Napolitano, 2015, p. 33).

Essas observações gerais ajudam a compreender o contexto mais geral sob o qual os depoimentos foram produzidos na Comissão Milton Santos de Memória e Verdade. Ao mesmo tempo, essas linhas de força devem ser nuançadas – tema para futura análise meticulosa. Sem perder de vista os seus influxos nos testemunhos, convém frisar que as narrativas foram elaboradas sob ampla hegemonia da memória crítica à ditadura. O propósito da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, o roteiro de perguntas e o clima de interlocução entre os participantes corroboram a atmosfera e as condições de fala dos testemunhos. A escolha dos depoentes parece ter sido pautada pela diversidade política e ideológica no ontem e no hoje, mas sob uma perspectiva crítica em relação ao passado ditatorial.

É um acervo de testemunhos hegemonicamente críticos à ditadura, que denunciam perseguições, sugerem colaborações de sujeitos institucionais, mas enfatizam múltiplas formas de *resistência*. Os depoimentos foram tomados no interior da UFBA, num território tido naquele presente como acolhedor. A audiência também parece ter esta recepção crítica em relação às falas. Portanto, os testemunhos estão na seara global da cultura da memória contemporânea e numa chave de leitura crítica da ditadura. Nenhum testemunho negou o golpe, a ditadura e a violência enquanto marca do regime, tampouco defendeu sua legitimidade.

A relevância dos depoimentos

Convém sublinhar que três perguntas elaboradas pela Comissão orientaram os depoentes, o que faz a metodologia da CMSMV UFBA se aproximar, nesse quesito, da “história oral temática” (Meihs, 2005): “como você foi atingido pelo regime militar implantado em 1964 e que consequências isso teve em sua vida?; a UFBA, por meio de suas instâncias ou de seus membros, teve algum papel nos fatos em que você esteve envolvido?; você conhece ou presenciou outros fatos relacionados ao regime militar envolvendo estudantes, funcionários ou professores da UFBA?”. Este roteiro tem relevância social e acadêmica, pois se conecta tanto com as demandas contemporâneas por memória, verdade e justiça a respeito do período ditatorial quanto com a agenda historiográfica a respeito de como o golpe e a ditadura impactaram as universidades brasileiras e seus membros.

No caso da UFBA, esta agenda tem permeado alguns trabalhos que transitam na fronteira tênue entre uma história do movimento estudantil (Benevides, 1999; Oliveira, 2002), uma história política da universidade e uma investigação de trajetórias pessoais. São pesquisas que discutem como as diferentes conjunturas do tempo da ditadura foram experienciadas por membros da instituição. Brito (2008) investigou o movimento estudantil (ME) na instituição atento aos posicionamentos da Reitoria, do Conselho Universitário e dos diretores de unidades. Silva (2016) analisou as jornadas grevistas estudantis de 1975 na UFBA. Souza (2018) pesquisou o ME ambientado na UFBA na “breve década de 1960”. Oliveira (2019) analisou a trajetória do professor Nelson Pires, demitido da universidade. Silveira (2020) explorou documentação inédita para reconstituir fragmentos da UFBA sob a vigilância da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI). Moreira (2020) investiga a trajetória do professor Milton Santos após o golpe de 1964. Conceição (2021) reconstituiu a militância de José Rodrigues na Escola de Agronomia da UFBA.

Essa *redução de escala* presente nas investigações delineadas sobre a UFBA se conecta com as pesquisas de Rodrigo Patto Sá Motta comunicadas em diversos artigos que culminaram no “Universidades e regime militar” (2014) – livro com achados empíricos relevantes e sugestivas contribuições para analisar as relações entre universidades e ditadura no Brasil. Além disso, a investigação da repressão nas universidades desenvolvida pela Comissão Nacional da Verdade e a criação das Comissões de Verdade universitárias propiciaram novos acervos e problemas de pesquisa impulsionados pelos relatórios produzidos que estimularam vários trabalhos (Fagundes, 2013, 2018; Müller; Fagundes, 2014; Faria, 2015; Fontes, 2018). No caso da UFBA, algumas análises do acervo foram feitas especialmente no campo da dimensão arquivística (Oliveira, 2014; Silva; Miranda, 2019). Acrescente-se a contribuição de outros gêneros e linguagens como o cine-documentário (“Barra 68”, “Memórias e afetos da ditadura na UFBA”, etc.), a profusão de eventos *online* sobre o tema e a potência da literatura em pautar

o objeto, a exemplo de Kucinski (2014). Tudo isso tem significado uma ampliação de artigos, dissertações e teses sobre as universidades e a ditadura militar no Brasil. Deste modo, explorar o acervo da CMSMV UFBA se aproxima desse movimento historiográfico.

Explorando o acervo

Um exame mais pormenorizado do acervo demandaria um livro. Aqui, o foco é explorar panoramicamente alguns relatos. Em termos amplos, muitas entrevistas permitem reconstituir dimensões da atuação de diferentes sujeitos antes do golpe de 1964 – não tratadas neste texto por limites de espaço. Por exemplo: é necessário dar visibilidade às experiências vividas contadas por professoras e professores. Como trajetórias docentes foram impactadas com o golpe? Já no que diz respeito aos estudantes, as narrativas são importantes para combater o esquecimento em torno da militância que protagonizava o ME no ambiente do golpe de 1964. Há uma dose de silêncio transitando para o esquecimento relacionado à ação estudantil desenvolvida no início dos anos 1960, já que os trabalhos que discutem a participação política dos estudantes priorizam analisar o ME na fase 1964-1968.

Se fala muito na “geração de 1968” e quase nada sobre a “geração de 1964”. Por vezes, a impressão é que algumas frações que protagonizaram a militância de esquerda em 1964 têm uma “memória envergonhada” – tomando de empréstimo a expressão de Candau (2016). Uma das hipóteses para este suposto constrangimento é a generalização da imagem da “derrota [em 1964] sem resistência” (Araujo, 2007). Nestes quesitos, com as devidas mediações considerando o lugar institucional, de classe e de raça dos sujeitos em análise, o uso do acervo se aproxima dos desafios da história oral para o século XXI propostos por Philippe Joutard, fiéis às motivações iniciais da história oral: “ouvir a voz dos excluídos e esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar situações de extremo abandono” (Joutard, 2000, p. 33).

As perguntas feitas pela Comissão aos depoentes permitem esquadriñar conflitos internos à universidade, bem como explorar a ótica dos significados que os sujeitos atribuem à experiência de terem sobrevivido à ditadura. Em contraposição a eventuais cétricos que afirmam que as “fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos”, para Portelli (1997, p. 31) as entrevistas permitem emergir os “custos psicológicos” dos eventos e das experiências para os sujeitos envolvidos. Algumas narrativas em torno de fatos demonstram a força do argumento do autor, a exemplo da sensação de mágoa e perplexidade de muitas pessoas em razão da cassação de matrículas na universidade ocorrida depois do AI-5. Também chamada de AI-5 da educação, a medida cassou o

direito de matrícula no início de 1969 de dezenas de estudantes, ativistas e militantes do ME e contribuiu para esvaziar sua representatividade em nível nacional. Motta (2014) mapeou 245 estudantes cassados pelo Decreto nº 477. Editado em fevereiro de 1969, o decreto determinava suspender e proibir a matrícula por três anos de estudantes que se envolvessem em atividades políticas (Brasil, 1969).

Ex-presidente do Diretório Acadêmico de Arquitetura, Fernando Passos demonstrou uma mágoa profunda. Ele se emocionou no início do seu relato ao tratar desse tema e seu testemunho foi adiado. Na sua segunda oitiva, alegou que “essa cassação da universidade pra mim foi uma coisa, um dos mecanismos de rompimento”. Nesse momento, o depoente chorou. Após uma pausa, sublinhou que foi um dos acontecimentos “mais dolorosos de minha vida [...] tive outras trajetórias [...] no processo que vivi na clandestinidade que foram aparentemente muito mais duros. Mas do ponto de vista do meu futuro, da minha vida [...] a cassação foi muito ruim”. Ele acrescenta que isso gerou “uma frustração que está dentro de mim [...] e foi a universidade, a ditadura que fez isso. Esse rompimento [...] brutal, absoluto [...] que nunca consegui desvendar se foi uma ordem [e] de quem foi”. Concluiu o testemunho sintetizando que “a UFBA teve esse papel maldito na minha vida” (Fernando Passos, 2014).

Fernando Passos alega que o diretor da Faculdade de Arquitetura não se mostrou solidário ao seu pleito de ser matriculado, já que se formaria naquele ano. O diretor teria afirmado que a ordem partiu da reitoria. Passos alega que foi até a reitoria e não conseguiu uma audiência com o Reitor (Fernando Passos, 2014). Já Eduardo Saphira corrobora que a cassação foi feita “de uma maneira assim totalmente por debaixo do pano. Não houve nenhum ato oficial, nada [...] simplesmente fomos avisados na hora de fazer a matrícula em 1969 que nós estávamos proibidos” (Eduardo Saphira, 2014).

Além da possibilidade de explorar fatos, representações e sensações dos depoentes, o acervo permite refletir como os sujeitos organizam o tempo a partir da experiência vivida durante a ditadura. Qual a periodização na organização das lembranças? Sem generalizar a resposta, muitos que viveram o protagonismo no ME entre 1964-1968 lembram da ditadura de fato a partir do AI-5. É um exemplo que destoa da periodização mais adotada pela historiografia que majoritariamente delimita o início da ditadura a partir do golpe de 1964. Deste modo, os testemunhos que focam no AI-5 indicam uma “cronologia da lembrança original” (Françóis, 2001, p. 8) que rasura a periodização hegemônica da História como disciplina.

Para Eduardo Saphira (2014), “são dois momentos. De 1965 a 1968 nós ainda tivemos um grau de liberdade que possibilitou movimentação, contestação, confronto com o regime militar que foi totalmente abalado a partir do AI-5. Esse é o período realmente ditatorial”. João Coutinho (2014) afirmou que “até 1968 tinha um discurso ambíguo. [...] Em 1968, eles tiraram a máscara e assumiram mesmo um governo de força [com o AI-5]. [...] uma perseguição implacável”. José Sérgio Gabrielli (2014)

relembrou 1968 como um ano de “reações desproporcionais. [Era] como enfrentar tiros de fuzis como bola de gude. Mas nós fizemos isso. Literalmente fizemos isso! Enfrentamos várias vezes [...] tiros de fuzil com bolas de gude. [...] Essa era a sensação [...] [até] que vem o AI-5 e a desproporção entre o fuzil e a bola de gude aumenta e o fuzil se torna bem mais poderoso”.

Ainda segundo José Sérgio Gabrielli (2014), “a vida universitária [pós AI-5] se torna um terror. Não podia ter mais de três pessoas [juntas] [...]. A panfletagem era clandestina. Era um clima extremamente negativo”. Eduardo Saphira (2014) comenta: “Quando eu voltei em 1971 para a Faculdade, era o reino do silêncio e da delação!”. Esses relatos ilustram o quanto a conjuntura aberta pelo AI-5 esvaziou a mobilização social na cena pública.

Identities, narratives and the ritual as a ritual

Apesar dos fragmentos demonstrarem a violência desencadeada pela ditadura em escalada crescente contra os opositores, já foi mencionado no início do texto que Iracy Picanço (2014) não gostava de falar de “vítimas”. O sentido designado por ela parece associar vítima com passividade e derrota. Distante desse enquadramento, há uma ênfase dela e de outros narradores em sublinhar a ação e o lugar do sobrevivente como um vitorioso. Harildo Déda (2014) reiterou que “nós não somos vítimas [...] e eu complemento, somos sobreviventes. E isso me dá um orgulho danado! De ser sobrevivente, de continuar. Tem alguma coisa aí nessa história que [...] faz a gente tá onde está e continuar a ser”. Arno Brichta (2014) corroborou: “É verdade, somos sobreviventes! E eu particularmente, sou um sobrevivente também”. As memórias atualizaram este vínculo em torno de identidades compartilhadas e do “auto-reconhecimento como pessoa e/ou membro de uma comunidade pública” (Delgado, 2006, p. 38).

A propósito, os depoentes são pessoas versadas em letras. Suas narrativas “são umas tradições ou recordações coletivas, porém também são ideias e convenções que resultam do conhecimento do presente” (Halbwachs, 2004, p. 343). Dito de outro modo, os relatos sobre aquele passado com as lentes do presente possibilitam propor que algumas entrevistas estiveram “saturada[s] de escrita” (Portelli, 1997, p. 33) e de outros suportes e linguagens (cinema, música, etc.), informando as operações de reconstruções de sentido às experiências pretéritas. Deste modo, é possível intuir que muitos depoentes agregaram informações *a posteriori* da experiência vivida. Arno Brichta (2014) enfatizou isso:

[...] lembro da dificuldade que é lembrar quando o tempo passa. E quanto mais longe nós ficamos dos fatos, mais eles ficam diluídos no tempo, na nossa imagem

e mais nós acrescentamos uma visão de hoje para o passado. Então eu queria lembrar uma coisa, a História, mesmo que montada em cima de fatos, tem que levar em consideração que nós a vemos hoje, com os olhos de hoje. E consciente ou inconscientemente incluímos, em cima dos fatos que a gente narra, algum elemento, alguma visão do dia de hoje e com aquilo que aconteceu depois daqueles fatos e que com certeza acabam modificando, alterando a relação exata entre os fatos que aconteceram no decorrer do tempo.

O relato demarca o quanto “o presente colore o passado” na feliz síntese de Pollack (1989). Além desta chave interpretativa, parece promissor investigar como as lembranças foram organizadas, os picos de emoção, os temas que mais mobilizaram afetos, etc. Como os depoentes sabiam que o material seria disponibilizado publicamente, não custa lembrar das observações de Shopes (2016, p. 84) sobre a possibilidade de “entrevistados astutos higienizarem deliberadamente suas narrativas porque sabiam que elas seriam colocadas em um arquivo muito público”.

Com as devidas mediações, as reflexões de Pierre Ansart sobre os significados do *meeting* – reunião, assembleia, comício, ato político – na circulação dos afetos políticos são sugestivas para a análise dos testemunhos e das sessões como rituais. Ansart (2019, p. 25) salienta que a política “convoca, necessariamente, em graus diversos, os valores e a adesão afetiva aos valores”. Deste modo, é possível pensar os testemunhos militantes como vinculados às estruturas que mobilizam afetos. O passado foi recheado de afetos. O presente atualiza-os. Os oradores falaram para seus pares. As sessões foram organizadas para a escuta de três ou quatro depoimentos. Foi recorrente nalgumas entrevistas um clima de interlocução com depoimentos anteriores e/ou com pessoas da plateia através de gestos direcionados a elas, perguntas retóricas, interrogações sobre o esquecimento de nomes de pessoas e/ou menções diretas a outros testemunhos.

Baiardi (2014) falou, por exemplo: “inicialmente eu queria fazer [...] minhas [...] as observações feitas por os que me antecederam no que tange à importância dessa comissão”. Numa passagem, Harildo Déda (2014) fez uma afirmação fundamentando que “Aroldo tá por aí que não me deixa mentir [Déda ri]. Cadê ele? Tá ali [Déda procura por Aroldo na plateia]”. Arno Brichta (2014) dialogou “com o que eu ouvi antes, nos relatos anteriores de Iracy contando a sua história [e] de Harildo Déda”.

Os exemplos indicam um comportamento mais geral entre os depoentes que visavam

[...] criar com seus ouvintes uma relação de simpatia, de convivência, de entendimento. Propõem despertar o entusiasmo ou, ao menos, o interesse; provocar a estima e as marcas de adesão. Durante o discurso, o orador busca criar uma relação de escuta, visando reforçar simpatias e antipatias. Ele terá maior êxito se manifestar seu entusiasmo e se fizer portador das paixões comuns. Uma comunicação particular se estabelece entre o orador e o público, um círculo de interações no qual o público é

convidado a partilhar os sentimentos expostos, a encontrar no tom do orador, nas nuances de seus sentimentos, a imagem legitimada de seus próprios sentimentos. (Ansart, 2019, p. 23).

O testemunho foi veiculado numa sessão de oitava que pode ser interpretada como um ritual, ou seja “um comportamento simbólico, socialmente padronizado e repetitivo” que tem sua importância, haja vista que “é através de rituais que os símbolos são definidos, difundidos e revitalizados” (Kertzer, 2001, p. 17). As identidades também são atualizadas. Kertzer afirma que “quatro características do ritual são de especial relevância para o entendimento de seu valor político: o poder de representar grupos políticos; de fornecer legitimidade; de construir solidariedade; e de modelar as percepções da realidade política das pessoas” (2001, p. 18). Todas estas dimensões estiveram presentes nas sessões.

Muitos desses sujeitos militaram em organizações de esquerda com características próximas do que Ansart (2019, p. 90) descreveu a respeito dos “pequenos grupos políticos” que “mesclam [...] as significações políticas e os investimentos psicológicos, levando as emoções políticas a pontos extremos de intensidade”. O autor indica que existe uma diversidade desses pequenos grupos, mas que há traços comuns: “número reduzido de pessoas implicadas, intensidade dos vínculos interpessoais, práticas de expulsão e recrutamento, dramatização das escolhas, radicalização das posições teóricas, riqueza da produção imaginária” (Ansart, 2019, p. 90-91). Inspirado em Freud, Ansart (2019, p. 103) afirma que “o combate e a presença do perigo, real ou imaginário, aproximam os participantes do grupo. Nesses períodos, os intercâmbios se intensificam, o nível de coesão se eleva, as pulsões de agressividade se renovam; todos dirigidos para o mundo exterior”. O autor continua:

[...] o discurso do grupo insiste sobre esse deslocamento ao denunciar as injustiças; as desigualdades e o escândalo que significa tolerá-las. As trocas verbais no interior do grupo não cansam de repetir essas evidências, deslocando cada indivíduo dos investimentos psicológicos próprios da sociedade global. Como o grupo se define por um discurso comum, os objetivos políticos estabelecidos são precisos e reforçados, enquanto os objetivos próprios à sociedade global são, com frequência, pouco precisos. Ao contrário da maioria dos cidadãos, que aceitam os objetivos por indiferença ou convenção, o militante de um pequeno grupo sabe o que é necessário amar e o que é preciso odiar. (Ansart, 2019, p. 107).

De acordo com Kertzer (2001, p. 20), “participar em comum dos rituais favorece um sentimento de unidade. [...] [e] dá ao ritual uma força incomum na criação e renovação dos laços de solidariedade. [...] sem obrigar que as pessoas, reunidas, dividam a mesma interpretação sobre o significado dos ritos”. Ou seja, a ausência de polifonia ideológica não implica homogeneidade política. Os testemunhos nas oitavas lidam

com uma pluralidade de lembranças com seus temas-tabus, conflitos, controvérsias, autocríticas e diversidade de expectativas sobre o presente.

Houve também não ditos. A maioria silenciou em relação às divergências no interior dos setores críticos à ditadura sobre temas como razões do golpe, resistência armada e diferentes concepções e práticas no interior do movimento estudantil – apenas para citar poucos exemplos. Entretanto, algumas narrativas não descuidaram de demarcações políticas abertas ou disfarçadas sobre o passado e o presente, incluindo temas polêmicos como a reparação financeira para as vítimas da ditadura, a realização clandestina do Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune) de 1968 e o sentido estratégico da democracia liberal. Para ilustrar, Fernando Passos (2014) registrou as controvérsias presentes no ME em relação ao Conune. Acusou um dirigente que “preparou o Congresso da UNE como um treinamento guerrilheiro [...] uns guerrilheiros que chegavam a ter pente de balas atravessado como cangaceiros”.

Outros desafios metodológicos

Os temas pautados neste texto foram apresentados como um estímulo intelectual para evidenciar o potencial do arquivo. Uma perspectiva desafiadora é investigar “a relação entre a história oral, os testemunhos publicados na web, o ciberespaço, as várias mídias digitais e as diferentes formas de representar o passado em ambientes eletrônicos” atentos às “especificidades dos registros de memória que circulam na web (sua fluidez, impermanência, reproduzibilidade...) e como o meio digital tem facilitado sua profusão” (Lucchesi, 2014, p. 51-52).

Paradoxalmente, a abundância de registros flerta com a dispersão do meio digital, o *boom* de memórias, a profusão de *lives*, *blogs* e disponibilização de conteúdo (histórico) na rede, a ocupação do meio digital por ativistas, organizações, instituições e acadêmicos. Por esta razão, a incursão no acervo da Comissão UFBA se aproxima de uma indagação geral formulada: “Quais as possibilidades e dilemas do meio digital para os profissionais de história?” (Lucchesi; Carvalho, 2016).

Michel Frisch (2016, p. 64) lembra que “arquivos de história oral convencionais são, tanto fisicamente como em sua organização intelectual, completamente proibitivos e inacessíveis para usuários comuns, que poderiam levar até eles as suas curiosidades e interesses”. Logo, sem desconsiderar a exclusão digital, o acervo *online* permite “democratizar” a memória para um público mais amplo do que o pesquisador provocador da fonte, os especialistas acadêmicos e as testemunhas. Abre ainda possibilidades para a perspectiva da *autoridade compartilhada* – noção fundamental da História Pública – e a busca de “um diálogo entre expertise e experiência” (Frisch, 2016, p. 62), ou seja, a interlocução entre o historiador e a testemunha.

O autor acrescenta um desafio geral de pensar “como os modos digitais podem superar a dicotomia entre criação de conhecimento e consumo de conhecimento” salientando que “há pouca utilidade verdadeira em levar usuários até uma entrevista de 3 horas que, até então, irá exigir trabalho e tempo enormes para examinar. Em geral, o resultado é que essas coleções de mídia não são, de modo algum, acessadas propositalmente, ou são usadas com eficácia mínima” (Frisch, 2016, p. 65). Mesmo que os testemunhos na Comissão UFBA tenham em média 1 hora, permanece o desafio sobre como potencializar este tipo de acervo.

Como ilustrado, o arquivo oral digital da CMSMV UFBA permite recuperar a dimensão do corpo que fala. Philippe Joutard (2000, p. 35) assinalou “o interesse da gravação em vídeo, que permite capturar também gestos e expressões”. Segundo o autor, os vídeos têm grande interesse “[...] ao lado da palavra, a linguagem das mímicas, das expressões e dos gestos”, mas pondera: “As dificuldades de interpretação são maiores: pois temos grande tendência para nos limitar ao conteúdo, raramente fazendo o estudo dos silêncios ou das hesitações, o que esperar, então, de mímicas e gestos?” (Joutard, 2000, p. 42). Michel Frisch enfatiza, ainda, que

[...] enquanto vozes, rostos e expressões corporais estão no âmago daquilo que torna a história oral apaixonante, e são a razão pela qual somos levados a *fazê-la*, até não muito tempo atrás relativamente poucos pesquisadores passaram algum tempo realmente ouvindo ou assistindo a entrevistas de história oral gravadas; em vez disso, a transcrição textual tem sido a base principal para o envolvimento. (Frisch, 2016, p. 63).

Considerações finais

O acervo da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA é emblemático para pensar na profusão de bancos de memórias na internet e nas suas possibilidades e desafios nesta era contemporânea de cultura da memória atravessada por disputas e usos políticos do passado. É um rico material que oferece elementos relevantes para a agenda historiográfica sobre a ditadura, a história oral e o próprio estudo da memória como objeto. Os desafios são inúmeros. Os procedimentos indicados nas linhas anteriores são suficientes como ponto de partida para demonstrar o potencial do acervo. Este artigo evidencia algumas das inúmeras perspectivas. Que outras inúmeras floresçam!

Referências

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução Jacy Seixas. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

ARAUJO, Maria Paula. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *Proibido proibir – uma geração na contramão do poder: o movimento estudantil na Bahia e o jovem*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, BA, 1999.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, p. 1.706, 26 fev. 1969.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese (Doutorado em História) - UFBA, Salvador, BA, 2008.

BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 179-196, 1994.

SILVA, Leandro Coutinho; MIRANDA, Zeni Duarte de. Avanços e limites da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA: análise arquivística. *Revista Fontes Documentais*, Aracaju v. 2, n. 1, p. 4-23, 2019.

COMISSÃO MILTON SANTOS DE MEMÓRIA E VERDADE. *Relatório Final: Golpe Civil-Militar de 1964 na UFBA - Rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço da negação*. Salvador: CMSMV UFBA, 2014.

CONCEIÇÃO, Elias dos Santos. Fragmentos de vida: militância de José Rodrigues Filho no Movimento Estudantil de Cruz das Almas (Bahia, 1969-1973). Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, BA, 2021.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Comissão da Verdade na universidade: um relato sobre o caso da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CV Ufes). *Revista Ágora*, Vitória, n. 27, p. 121-131, 2018.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295-316, 2013.

FARIA, Daniel. Sob o signo da suspeita. As loucuras do poder ditatorial. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 221-240, 2015.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Pará: a

criação de um acervo digital com testemunhos de violações dos direitos humanos. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 109-129, jul./dez. 2018.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 3-13.

FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. p. 155-161.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999. p. 103-117.

FRISCH, Michael. *A história pública não é uma via de mão única ou De A shared Authority à cozinha digital, e vice-versa*. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-69.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Rubí: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

JELIN, Elizabeth. Exclusión, memorias y luchas políticas. In: MATO, Daniel; MALDONADO FERMÍN (Org.). *Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 91-110.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31-45.

KERTZER, David. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 15-36, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *K: relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2014.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 149-163.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 178-201, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MOREIRA, Bruno de Oliveira. Milton Santos e a ditadura civil-militar (1964-1985): prisão, exílio e memória. Texto (Qualificação de Doutorado) – UFBA, Salvador, BA, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 44-47, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 68, n. 1, p. 18-52, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, 2015.

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, BA, 2002.

OLIVEIRA, Gilberto Couto. Repressão a Nelson Pires durante a ditadura militar: UFBA, processo e exílio (1964-1979). Dissertação (Mestrado em História Social) – UFBA, Salvador, BA, 2019.

OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de *et al.* Ações arquivísticas no acesso à informação junto à Comissão da Verdade da UFBA: resgate histórico do período da ditadura civil militar. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 6., 2014, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: AARS, 2014.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, 2007.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.) *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 71-84.

SILVA, Anderson Luís Santos. Após a longa noite: as jornadas grevistas de 1975 na UFBA. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFBA, Salvador, BA, 2016.

SILVEIRA, Anne Alves da. Sorria, você está sendo espionado: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979). Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, BA, 2020.

SOUZA, Jorge Roberto Chastinet de. Entre esquecimento e silêncio: memórias de ex-ativistas estudantis (1960-1965). Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, BA, 2018.

Fontes orais

BAIARDI, Amílcar. [fev. 2014]. Mediador: Othon Jambeiro. Salvador, BA, 4 fev. 2014.

BRICHTA, Arno. [maio 2014]. Mediadora: Ilka Dias Bichara. Salvador, BA, 20 maio 2014.

COUTINHO, João. [abr. 2014]. Mediadora: Ilka Dias Bichara. Salvador, BA, 14 abr. 2014.

DÉDA, Harildo. [maio 2014]. Mediadora: Ilka Dias Bichara. Salvador, BA, 20 maio 2014.

GABRIELLI, José Sérgio. [maio 2014]. Mediador: Othon Jambeiro. Salvador, BA, 29 abr. 2014.

MAIA, José Afonso Ferreira. [fev. 2014]. Mediador: João Augusto de Lima Rocha. Salvador, BA, 11 fev. 2014.

PASSOS, Fernando. [mar. 2014]. Mediador: Othon Jambeiro. Salvador, BA, 11 e 18 mar. 2014.

PICANÇO, Iracy. [maio 2014]. Mediadora: Ilka Dias Bichara. Salvador, BA, 20 maio 2014.

SAPHIRA, Eduardo. [abr. 2014] Mediadora: Iracy Silva Picanço. Salvador, BA, 1 abr. 2014.

Recebido em 01/11/2021

Versão final reapresentada em 22/02/2022

Aprovado em 31/05/2022

Fonte de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) - Bolsa de Iniciação Científica; Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Bolsa de Iniciação Científica.

Conflito de interesses: nada a declarar.